

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 015/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2016
Processo Licitação: Pregão Presencial N. 015/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL com sede administrativa na Avenida Adão Arcângelo Dal Bem, 882, na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/IME sob nº 15.640.520/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. MARCIO JULIANO MARCOLINO, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.179.380-0 SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 019.237.059-62, residente e domiciliado a Rua Antônio Barros de Souza, 468 na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná doravante denominada CONTRATANTE.
DETENTORA: G. RAGONEZI FILHO, situada na Av. Adão Arcângelo Dal Bem, nº 995, Centro, na cidade de Brasilândia do Sul - Pr., - CNPJ 12.642.332/0001-59, neste ato representado por seu representante legal GERALDO RAGONEZI FILHO, conforme documento comprobatório CPF: 483.874.449-87 e RG: 1.186.296/SSP-PR.
Doravante denominada DETENTORA DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS DE TORNEIRA E SOLDADA EM GERAL, PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, conforme segue:
DETENTOR: RAGONEZI FILHO;
Item Descrição Unidade Quant. Valor Unit. Valor Total Marca/Espec.
1 SERVIÇOS DE SOLDADA EM GERAL: (MATERIAIS INCLUIDOS) HR 600,00 R\$ 77,000 46.200,00 RAGONEZI
2 SERVIÇOS DE TORNEARIA: (MATERIAIS INCLUIDOS NO SERVIÇO) HR 800,00 R\$ 92,000 55.200,00 RAGONEZI
TOTAL: 101.400,00
VALOR: R\$ 101.400,00 (cento e um mil e quatrocentos reais).
FORNECIMENTO SERÁ REALIZADO DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE SOLICITADA E A ENTREGA DEVERÁ SER EFETUADA NOS TERMOS DO EDITAL AO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
AMPARO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93; LEI FEDERAL Nº 10.520/2002; DECRETO FEDERAL Nº 3931/2001.
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 08/03/2016
BRASILÂNDIA DO SUL - PR, 08 de março de 2016.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2016
Processo Licitação: Pregão Presencial N. 011/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL com sede administrativa na Avenida Adão Arcângelo Dal Bem, 882, na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/IME sob nº 15.640.520/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. MARCIO JULIANO MARCOLINO, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.179.380-0 SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 019.237.059-62, residente e domiciliado a Rua Antônio Barros de Souza, 468 na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná doravante denominada CONTRATANTE.
DETENTORA: J. M. DE SOUZA COMERCIO DE ALIMENTOS ME, situada na Rua 09 de julho nº 219, Bairro Araçá, na cidade de Assis Chateaubriand - Pr., - CNPJ 22.932.358/0001-95, neste ato representado por seu representante legal ELANDRO PAULA DE SOUZA, conforme documento comprobatório CPF: 999.066.949-04 e RG: 5.749.390/SSP-PR.
MIGUEL MARTINS SUPERMERCADO ME, situada na Av. Adão Arcângelo Dal Bem, nº 1246, na cidade de Brasilândia do Sul - Pr., - CNPJ 75.504.100/0001-54, neste ato representado por seu representante legal MIGUEL MARTINS, conforme documento comprobatório CPF: 198.577.569-72 e RG: 1.447.449/SSP-PR.
S.M.K DOS SANTOS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, situada na Rua Niza T. Dal Bem, nº 447, na cidade de Brasilândia do Sul - Pr., - CNPJ 07.584.359/0001-00, neste ato representado por seu representante legal MARCELO GOMES DOS SANTOS, conforme documento comprobatório CPF: 018.577.499-79 e RG: 6.373.226-5/SSP-PR.
Doravante denominada DETENTORA DA DATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA DO SUL (PMBDS) para AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE PRODUTOS DE HIGIENE A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, conforme segue:
ITEM DE SOUZA COMERCIO DE ALIMENTOS ME
J. M. DE SOUZA COMERCIO DE ALIMENTOS ME
1 Colônias: hastes de plástico e pontas revestido de algodão, cx 75 unid.
2 ESCOVA DENTAL COM FLUOR, TUBO 90GR.
3 Escova Dental com cerdas macias
4 Pomada para escovação min. 45g
18 PROTETOR SOLAR C/ 200 ML, FPS 60
22 Shampoo infantil para cabelos 100 ML (Detumetrina)
TOTAL: 17.295,00
MIGUEL MARTINS SUPERMERCADO ME:
Item Descrição Unidade Quant. Valor Unit. Valor Total Marca/Espec.
10 Hidratante corporal infantil 200 ml Unid 50,00 R\$ 2,750 137,50 TOPZ
11 lençol para colchão infantil com elástico, medidas 130x60 cm Unid 50,00 R\$ 3,900 975,00 DENTICS
12 Lenço Umidificado CX 300,00 R\$ 2,250 2.275,00 ANJINHOS
13 PAPIE HIGIENICO FOLHA SIMPLES NEUTRO, FARDOS C/16, EMBALAGEM COM 04 ROLOS DE 30 M. PCT 400,00 R\$ 32,500 13.000,00 KARINO
14 Papel higiênico folha dupla, Neutro, emb. de 04 rolos com 30 m Unid 100,00 R\$ 18,700 1.870,00 BABYMED
15 Penite de Cabelo em Plástico com cabo Unid 50,00 R\$ 9,000 450,00 CONDOR
16 Penite Fino (Para retirar Plho) Unid 50,00 R\$ 7,800 390,00 DARMA
17 Sabonete 90 gr 1.500,00 R\$ 2,000 3.000,00 LUX
20 Sabonete Líquido 700ml Frasco 50,00 R\$ 9,650 482,50 TACTO
23 Talco infantil Unid 100,00 R\$ 12,600 1.260,00 TRALA LA
24 Toalha de rosto UNID. 40x60 cm Unid 200,00 R\$ 10,800 2.160,00 CATARINENSE
25 Toalha de Banho em algodão, mínimo 1,30x60 cm Unid 80,00 R\$ 25,000 2.000,00 CATARINENSE
TOTAL: 29.067,50
S.M.K DOS SANTOS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA:
Item Descrição Unidade Quant. Valor Unit. Valor Total Marca/Espec.
1 Condicionador infantil para cabelo, frasco 250 ml Unid 150,00 R\$ 9,400 1.410,00 TRALALA
2 Creme para pentar infantil, 300 ml Unid 100,00 R\$ 10,750 1.075,00 TRALALA
3 Fralda Descartável, TAM. P com 100 Unid Pacote 100,00 R\$ 63,500 6.350,00 DR FRAUDINHA
4 Fralda Descartável, TAM. M com 50 Unid Pacote 100,00 R\$ 62,000 6.200,00 DR FRAUDINHA
6 Fralda Descartável, TAM. G com 80 Unid Pacote 150,00 R\$ 60,000 9.000,00 DR FRAUDINHA
7 Fralda Descartável, TAM. XG com 70 Unid Pacote 150,00 R\$ 60,000 9.000,00 DR FRAUDINHA
21 Shampoo infantil Frasco 250 ml Unid 300,00 R\$ 8,150 2.445,00 TRALALA
TOTAL: 35.855,00
VALOR: R\$ 35.855,00 (trinta e cinco mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).
FORNECIMENTO SERÁ REALIZADO DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE SOLICITADA E A ENTREGA DEVERÁ SER EFETUADA NOS TERMOS DO EDITAL AO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
AMPARO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93; LEI FEDERAL Nº 10.520/2002; DECRETO FEDERAL Nº 3931/2001.
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 08/03/2016
BRASILÂNDIA DO SUL - PR, 08 de março de 2016.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Liberação de Recursos cf. Lei 9452/97 do Estado e União
Prefeitura Municipal de Douradina - Período 03 à 04/03/2016
Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às determinações da Lei nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos Recursos Federais/Estaduais:
Categoria Descrição dos Recursos Data Valor Objeto das Verbas Recebidas
1721.33.03.00.00 TRANS.F.DIRETAS F.NDE.PROG. NAC. DEALIMENT. ESCOLAR-PNAE 04/03/2016 9.270,00 Alimentação Escolar
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 03/03/2016 1.496,56 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 04/03/2016 2.012,08 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
Douradina-PR, 04 de Março de 2016
Francisco Aparecido de Almeida
Prefeito Municipal
Fonte:Contabilidade:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Liberação de Recursos cf. Lei 9452/97 do Estado e União
Prefeitura Municipal de Douradina - Período 07 à 08/03/2016
Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às determinações da Lei nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos Recursos Federais/Estaduais:
Categoria Descrição dos Recursos Data Valor Objeto das Verbas Recebidas
1721.33.03.00.02 PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 07/03/2016 11.130,00 Pessoal
1721.33.03.00.02 PAB/SUS - PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS 07/03/2016 16.528,20 Pessoal
1721.33.03.00.02 PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE BUCAL 07/03/2016 2.230,00 Pessoal
1721.33.10.99.02 PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO DA QUALIDADE - PMAQ 07/03/2016 10.200,00 Custeio
1721.35.04.00.00 TRANS.F.DIRETAS F.NDE.PROG. NAC. DE APOIO TRANSP. ESCOLAR 07/03/2016 3.159,07 Custeio
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO ICMS 08/03/2016 39.676,10 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 07/03/2016 3.482,66 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 08/03/2016 5.576,65 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.00.00.00 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB 08/03/2016 3.981,56 Custeio/Invs/ Pessoa/encargos
Douradina-PR, 08 de Março de 2016
Francisco Aparecido de Almeida
Prefeito Municipal
Fonte:Contabilidade:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Liberação de Recursos cf. Lei 9452/97 do Estado e União
Prefeitura Municipal de Douradina - Período 07 à 08/03/2016
Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às determinações da Lei nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos Recursos Federais/Estaduais:
Categoria Descrição dos Recursos Data Valor Objeto das Verbas Recebidas
1721.33.10.02.01 PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA 07/03/2016 11.130,00 Pessoal
1721.33.10.02.02 PAB/SUS - PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS 07/03/2016 16.528,20 Pessoal
1721.33.10.02.03 PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE BUCAL 07/03/2016 2.230,00 Pessoal
1721.33.10.99.02 PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO DA QUALIDADE - PMAQ 07/03/2016 10.200,00 Custeio
1721.35.04.00.00 TRANS.F.DIRETAS F.NDE.PROG. NAC. DE APOIO TRANSP. ESCOLAR 07/03/2016 3.159,07 Custeio
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO ICMS 08/03/2016 39.676,10 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 07/03/2016 3.482,66 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA 08/03/2016 5.576,65 Custeio/Invs/ Pessoa/Encargos
1722.01.00.00.00 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB 08/03/2016 3.981,56 Custeio/Invs/ Pessoa/encargos
Douradina-PR, 08 de Março de 2016
Francisco Aparecido de Almeida
Prefeito Municipal
Fonte:Contabilidade:

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	0,00	377,91	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	377,91	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	0,00	377,91	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	422.311,85	418.911,85	422.311,85
MOBILIZADO	422.311,85	418.911,85	422.311,85
BENS MOVEIS	107.065,86	103.685,86	-607.309,23
BENS IMÓVEIS	337.159,56	337.159,56	-1.397.846,70
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-21.913,57	-21.913,57	320.887,88
			1.594.261,63
			1.594.261,63
			-94.990,96
			-94.990,96
			422.311,85
TOTAL	422.311,85	419.289,76	422.311,85




QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº.4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	0,00	377,91
ATIVO FINANCEIRO	0,00	377,91
ATIVO PERMANENTE	422.311,85	418.911,85
PASSIVO (II)	0,00	377,91
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	377,91
PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	422.311,85	418.911,85

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº.4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias recebidas	\$0,00	\$0,00
Direitos Convidados e outros instrumentos congêneres	\$0,00	\$0,00
Direitos Contratuais	\$0,00	\$0,00
Outros atos potenciais ativos	\$0,00	\$0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	\$0,00	\$0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias concedidas	\$0,00	\$0,00
Obrigações contratuais e outros instrumentos congêneres	\$0,00	\$0,00
Obrigações concessivas	\$0,00	\$0,00
Outros atos potenciais passivos	\$0,00	\$0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	\$0,00	\$0,00

Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas intra OFS:

  
 Getúlio Cardoso dos Santos Andréa Mardegan Santana Valdeir Zafalon Marques
 Presidente Técnico Contábil CRC-Pr 053501/O-2 Controlador Interno
 PRONIM CP - Contabilidade Pública Emitido em: 08/03/2016 08:22:45

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA-BRASILÂNDIA DO SUL/PR.

EDITAL 02/2016
O CMDCA DO Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº545 de 04 de Julho de 2013, e na Resolução 04/2016, resolve:
1. DAS INSCRIÇÕES DA DOCUMENTAÇÃO
1.1. A inscrição deverá ser instruída de:
a) Idade superior a (21) vinte e um anos;
b) Residir no Município pelo menos (02) dois anos;
c) Fotocópia da Cédula de Identidade;
d) Fotocópia do CPF – Cadastro de Pessoa Física;
e) Seres em pleno gozo de seus direitos civis, comprovadas através de avaliação de profissional nomeado pelo CMDCA.
f) Fotocópia do comprovante de residência.
g) Certidão de Nascimento ou Registro Civil – Certificado de Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino;
h) Certidão de Quitação expedida pela Justiça Eleitoral;
i) Certidão Negativa do Cartório Eleitoral e Anexos da Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná.
j) Fotocópia do diploma/certificado de conclusão ou equivalente, comprovando a escolaridade mínima exigida.
l) Será permitida a inscrição por procuração (instrumento público ou privado), com poderes específicos, acompanhada de fotocópia autenticada do documento oficial de identidade do procurador, juntamente com os demais documentos exigidos.
m) Não poderão servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogra e genro ou qualquer outro parente em linha reta, e sobrinho, padasto ou madrastra e enteado, estendendo-se este impedimento, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro regional ou distrital.
n) Não haverá inscrição condicional, por correspondência, por fac-símile ou fora do prazo verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, será a mesma cancelada.
o) Após o encerramento das inscrições, especificadamente no dia 17 de Março de 2016, será publicada relação de candidatos inscritos que tiverem suas inscrições defendidas e indeferidas, com a indicação dos respectivos números de inscrição, sendo que em hipótese alguma, se aceitará a inscrição fora do prazo estipulado no presente Edital.
p) O indeferimento do pedido de inscrição cabendo recurso à Comissão Especial, no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da publicação referida no item o.
1.2. DO PERÍODO HORÁRIO
As inscrições serão realizadas nos dias úteis de 08/03 a 15 de Março de 2016, no horário das 08hs às 12:00 hrs e das 14hs às 17hrs, na Secretaria de Assistência Social Rua Cuiabá, nº 100, Município de Brasilândia do Sul, PR.
1.2.3 DO PROCESSO SELETIVO
a) O Processo Seletivo será realizado em duas etapas, constituído por análise documental e cumprimento de requisitos legais para investidura no cargo de Conselho Tutelar e Prova Escrita.
b) O resultado do Processo Seletivo dos candidatos com relação à inscrição será publicado no órgão oficial de imprensa, Jornal Umuarama Ilustrado, no dia 17 de Março de 2016.
c) No prazo de 02 (dois) dias, poderá o candidato e/ou qualquer cidadão de Brasilândia do Sul, interpor recurso dirigido à Comissão Especial, com relação ao resultado do Processo Seletivo e o resultado da prova escrita.
d) O pedido de recurso deverá ser fundamentado, consistente, indicando, precisamente, a reclamação, contendo nome do candidato e/ou cidadão, e deverá ser apresentado no protocolo da Secretaria Executiva do Conselho Municipal.
e) O recurso destituído de fundamentação lógica, consistente, indicando, precisamente, a reclamação, contendo nome do candidato e/ou cidadão, e deverá ser provido o recurso, a Comissão Especial do processo seletivo determinará as providências devidas.
f) Os recursos rejeitados ou recursos que não estiverem redigidos em termos, bem como, os que forem entregados fora do prazo, não serão considerados.
1.2.3.4 DA ELEIÇÃO
a) O papel eleitoral dar-se-á através de urnas eletrônicas fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral - Parágrafo Único: Caso haja impossibilidade de utilização de urnas eletrônicas serão confeccionadas cédulas, mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo rubricadas por um membro da Comissão Eleitoral, pelo Presidente da mesa receptora e por um mesário.
b) O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato.
c) Nas cabines de votação serão afixadas listas com a relação de nomes, apelidos e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.
1.2.3.5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
a) O preenchimento da inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.
b) O pedido de inscrição será indeferido a qualquer tempo, se o candidato não satisfizer as exigências legais contempladas neste Edital.
c) O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do processo seletivo, com a consequente anulação do ato de inscrição no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
d) O simples requerimento de inscrição do candidato não implicará o conhecimento do Edital e demais documentos relacionados ao Processo Seletivo e consequente aceitação.
e) Os Conselheiros Tutelares exercerão mandato eletivo e não serão considerados do quadro de servidores da administração municipal.
f) Os Conselheiros serão escolhidos mediante processo eleitoral, por voto discreto, secreto, facultativo e universal de todos os eleitores inscritos na circunscrição eleitoral do Município de Brasilândia do Sul.
g) As atribuições são as constantes da lei federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das atribuições legais, resolucões e calendário.
3.5 Serão responsáveis pela operacionalização do processo seletivo dos Conselheiros Tutelares a Comissão Especial, composta por 05 membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brasilândia do Sul, PR, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, constituída por resolução do CMDCA, na pessoa de seu Presidente.
3.6 A Comissão Especial terá como atribuições: a) conduzir o processo seletivo dos Conselheiros Tutelares, atendendo as determinações da Lei 8.069/90, devendo informar o Representante do Ministério Público de todos os atos praticados a partir da abertura do processo, encaminhando cópia de editais, resolucões e calendário das atividades.
3.6 O candidato que, visando interesses pessoais, lançar mão de falsas alegações e atos inverídicos com o propósito de embargo do processo seletivo, após a abertura dos fatos, poderá ser processado criminalmente.
3.7 E de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar os editais, decretos, comunicados e demais publicações referentes ao processo seletivo no Jornal Umuarama Ilustrado.
3.8 Os litis desiste. Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização ou acréscimo, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem preterido.
3.9 O resultado final do processo seletivo será divulgado no Jornal Umuarama Ilustrado no dia 04 de Abril de 2016.
3.10 Todos os atos do processo seletivo serão praticados pela Comissão Especial, sob fiscalização do Representante do Ministério Público.
3.11 Os casos omissos no âmbito de sua competência serão resolvidos pela Comissão Especial, pela Plenária do CMDCA, sob a fiscalização do Ministério Público.
ANEXO ÚNICO
CARGOS E SALÁRIO.
Nº VAGAS Nº SUPLENTE Nº REQUISITOS SALÁRIO INICIAL
TITULAR CARGO 01 CONSELHEIRO TUTELAR
06 05 01 R\$924,63
ENSINO MÉDIO COMPLETO
ANEXO ÚNICO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA ESCRITA
ESPECIFICAÇÃO Nº QUESTÕES PONTO POR QUESTÃO
SUBTOTAL
01 Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.
02 Lei Municipal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, nº 545 de 04 de julho de 2013.
03 Total 05 25 100

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE MARIA HELENA - Pr

RESOLUÇÃO 011/2015
SÚMULA: Dispõe sobre as aprovações do Plano de Assistência Farmacêutica, Planejamento 2016 e Diagnóstico da Saúde do Trabalhador.
O Plano do Conselho Municipal de Saúde de MARIA HELENA-PR, em reunião ordinária realizada em 04 de agosto de 2015, aprova o Plano de Assistência Farmacêutica, Planejamento 2016 e Diagnóstico da Saúde do Trabalhador, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 009 de 22 de abril de 1991 e Lei nº 037 de 12 de junho de 1997.
RESOLVEM:
Art. Aprovar o Plano de Assistência Farmacêutica, Planejamento 2016 e Diagnóstico da Saúde do Trabalhador.
MARIA HELENA, 04 de agosto de 2015.
ADRIANE NASCIMENTO SILVA CUSTÓDIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº 002
CONTRATO NÚMERO 36/2014 - LIC - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO TERMINAL RODoviÁRIO, EM ÁREA DE 396,24 M2, RUA PRESIDENTE EPIFÂNIO PESSOA (QUADRA 66 E 76), SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, EM CONSÓRCIO COM OS PROJETOS ESPECÍFICOS TÉCNICOS E DE MAIS PREÇOS E DOCUMENTOS DE ACORDO COM A LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2014.
O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CECI nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, PREFEITO PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES aqui denominado Contratante, de outro lado o Sr. CLEBER RUIZ MARTINEZ, brasileiro (a), portador do - RG. 6.925.696-1 SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 021.110.919-36, residente e domiciliado na cidade de Umuarama PR, representante da empresa MARTINEZ CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA., aqui denominado Contratada, resolveu aditar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescido em R\$ 26.035,99 (vinte e seis mil, trinta e cinco reais e noventa nove centavos), alterando o valor inicial do contrato de R\$356.288,57 (trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete centavos e sete centavos) para R\$382.324,56 (trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), devidamente autorizado pelo processo licitatório tomado de preço nº 004/2014.
CLÁUSULA SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais cláusulas e condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.
MARILUZ 08 DE MARÇO DE 2016.
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
CONTRATANTE
MARTINEZ CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.
CLEBER RUIZ MARTINEZ
CONTRATADA
Testemunhas:
NOME.....CPF.....
NOME.....CPF.....
NOME.....CPF.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REQUERIMENTO Nº 01/2016
Senhor Presidente,
Requeiro, após, ouvido o Plenário, na forma regimental, conforme Artigo 9º, §2º, Artigo 118, II, c e Artigo 121 § 3º, todos do Regimento Interno desta Câmara, seja o Projeto de Lei nº 002/2016, referente a Prestação de Contas do Poder Executivo no ano de 2012, JUSTIFICATIVA
Ficou em vista a dificuldade de notificar o ex-prefeito da Legislatura de 2009 a 2012, qual seja o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, acerca da votação de suas Prestações de Contas perante esta Casa, a notificação acabou sendo feita por edital publicado em Jornal de grande circulação Regional e usado como órgão oficial do Município, qual seja o jornal Umuarama Ilustrado. Houveram inúmeras tentativas de notificação, seja pessoalmente ou por AR, e todas restaram infrutíferas.
Entretanto após a publicação do Edital e do prazo Legal de 15 dias para que tomasse conhecimento e, caso de interesse, providenciasse sua defesa em plenário; o mesmo foi notificado pessoalmente no dia 02 de março de 2016.
Diante de tais fatos e tendo sido iniciado a votação das Contas por esta Câmara no dia 29 de fevereiro, optou-se por conceder novamente o prazo Legal de 15 dias a partir da Notificação.
Assim, esta Comissão, por meio de seu Presidente, requer por este Requerimento o adiamento da votação do Decreto Legislativo de nº 004/2016, para que seja concedido novamente o prazo novamente de 15 dias para o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, e, querendo se utilize do Plenário desta Casa para tanto.
Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 7 de Março de 2016.
José da Silva Guerra
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REQUERIMENTO Nº 01/2016
Senhor Presidente,
Requeiro, após, ouvido o Plenário, na forma regimental, conforme Artigo 9º, §2º, Artigo 118, II, c e Artigo 121 § 3º, todos do Regimento Interno desta Câmara, seja o Projeto de Lei nº 002/2016, referente a Prestação de Contas do Poder Executivo no ano de 2012, JUSTIFICATIVA
Ficou em vista a dificuldade de notificar o ex-prefeito da Legislatura de 2009 a 2012, qual seja o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, acerca da votação de suas Prestações de Contas perante esta Casa, a notificação acabou sendo feita por edital publicado em Jornal de grande circulação Regional e usado como órgão oficial do Município, qual seja o jornal Umuarama Ilustrado. Houveram inúmeras tentativas de notificação, seja pessoalmente ou por AR, e todas restaram infrutíferas.
Entretanto após a publicação do Edital e do prazo Legal de 15 dias para que tomasse conhecimento e, caso de interesse, providenciasse sua defesa em plenário; o mesmo foi notificado pessoalmente no dia 02 de março de 2016.
Diante de tais fatos e tendo sido iniciado a votação das Contas por esta Câmara no dia 29 de fevereiro, optou-se por conceder novamente o prazo Legal de 15 dias a partir da Notificação.
Assim, esta Comissão, por meio de seu Presidente, requer por este Requerimento o adiamento da votação do Decreto Legislativo de nº 004/2016, para que seja concedido novamente o prazo novamente de 15 dias para o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, e, querendo se utilize do Plenário desta Casa para tanto.
Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 7 de Março de 2016.
José da Silva Guerra
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REQUERIMENTO Nº 01/2016
Senhor Presidente,
Requeiro, após, ouvido o Plenário, na forma regimental, conforme Artigo 9º, §2º, Artigo 118, II, c e Artigo 121 § 3º, todos do Regimento Interno desta Câmara, seja o Projeto de Lei nº 002/2016, referente a Prestação de Contas do Poder Executivo no ano de 2012, JUSTIFICATIVA
Ficou em vista a dificuldade de notificar o ex-prefeito da Legislatura de 2009 a 2012, qual seja o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, acerca da votação de suas Prestações de Contas perante esta Casa, a notificação acabou sendo feita por edital publicado em Jornal de grande circulação Regional e usado como órgão oficial do Município, qual seja o jornal Umuarama Ilustrado. Houveram inúmeras tentativas de notificação, seja pessoalmente ou por AR, e todas restaram infrutíferas.
Entretanto após a publicação do Edital e do prazo Legal de 15 dias para que tomasse conhecimento e, caso de interesse, providenciasse sua defesa em plenário; o mesmo foi notificado pessoalmente no dia 02 de março de 2016.
Diante de tais fatos e tendo sido iniciado a votação das Contas por esta Câmara no dia 29 de fevereiro, optou-se por conceder novamente o prazo Legal de 15 dias a partir da Notificação.
Assim, esta Comissão, por meio de seu Presidente, requer por este Requerimento o adiamento da votação do Decreto Legislativo de nº 004/2016, para que seja concedido novamente o prazo novamente de 15 dias para o Sr. Paulo Jobel Bezerra de Araújo, e, querendo se utilize do Plenário desta Casa para tanto.
Sala das Sessões da Câmara Municipal, em 7 de Março de 2016.
José da Silva Guerra
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ/PR

ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016
DATA DE ABERTURA: 23/03/2016 - HORÁRIO: 09:00H
OBJETO: Aquisição de veículo/comunho colorido recicláveis, com descrição e características descritas, no lote I

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial nº 038/2016
Tipo: Menor Preço
Regime de Contratação: Global
Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais/peças diversas de paredes de divisórias e serviços de mão-de-obra de montagem/desmontagem de divisórias, a serem empregadas nas repartições de áreas internas de edificações públicas pertencentes a este Município; EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (QUANDO FOR O CASO PERMITIDO PARA MEI), CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2015. Data de Abertura: às 08h30min do dia 23 de março de 2016.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL EDITAL Nº 025/2016
O Município de Guaira - Paraná torna público aos interessados e a quem possa interessar que a abertura da nova sessão pública do Pregão Presencial nº 025/2016, que tem por objeto o registro de preços visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de cestas de páscoa e caixas de bombons para serem utilizadas pela Secretaria de Educação para alunos da rede municipal de ensino e premiação de concurso de Páscoa, e Secretaria de Ação Social para atendimento do PETI, Formando Cidadão, CRAS e 3ª Idade, Município de Guaira - PR, que será julgada nos termos da Lei nº 10.520/02, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, foi remarcada para o dia 21 de março de 2016 às 09h30min, pelo motivo de necessidade de ampliar a competitividade e adequar o objeto, razão da presente republicação.

A D E N D O 1º - MODIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 033/2016
O Município de Guaira, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e em especial às empresas que adquiriram o edital em epígrafe o teor do presente ADENDO, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº033/2016, tendo por objeto o registro de preços para o fornecimento de gêneros alimentícios a serem utilizados na merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, bem como formando cidadãos, PETI, e Secretaria de Ação Social, demais programas e projetos executados por este Município, a seguir:

A Secretaria Municipal de Administração ALTERA-SE e MODIFICA-SE por meio deste ADENDO, o seguinte:
NO PREÂMBULO DO EDITAL E ONDE CONSTAR: FICA EXCLUSIVO SOMENTE PARA O LOTE Nº 09 (PRODUTOS DIET E OUTROS) A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (QUANDO FOR O CASO PERMITIDO PARA MEI), CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014 E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2015.
Justificativa: Para ampliar a competitividade.
Diante das referidas alterações, fica reaberto o prazo para abertura do referido certame, nos termos do art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, passando ao RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h00 min. do dia 22/03/2016, ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 14h01min. às 14h29min do dia 22/03/2016, INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min. do dia 22/03/2016. O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação de Pregão nº 033/2016, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos. Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.

Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Portal do Cidadão e/ou pelo site www.bll.org.br. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaira, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br. Guaira (PR), em 08 de março de 2016.
Anildo Moraes Peraçoli/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2016

HOMOLOGO e ADJUDICO o julgamento proferido pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio referente a Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviços de metalurgia, com fornecimento de material, descritos nos anexos constantes do edital.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):
- J. DOS SANTOS METALURGICA - ME. - CNPJ: 12.399.278/0001-62

Planilha Preço Máximo				
ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
I	30 M²	Toldo de zinco tubo 30x30 chapa de 1,20	RS 145,00	RS 4.350,00
II	30 M²	Toldo de lona tubo redondo 3/4 e 1"	RS 115,00	RS 3.450,00
III	60 M²	Toldo em policarbonato, tubo de 1" 1/4 e 30x30	RS 180,00	RS 10.800,00
IV	30 M²	Grades de proteção de vitror, ferro quadrado 3/8	RS 150,00	RS 4.500,00
V	20 M²	Portão em chapa frisada - chapa 22	RS 170,00	RS 3.400,00
VI	20 M²	Portão em chapa ondulada - chapa 22	RS 185,00	RS 3.700,00
VII	20 M²	Portão em ferro maciço 3/8	RS 150,00	RS 3.000,00
VIII	20 M²	Portão tubular, tubo 20x20, chapa 1,20	RS 150,00	RS 3.000,00
IX	20 M²	Porta em chapa frisada - chapa 22	RS 205,00	RS 4.100,00
X	10 M²	Suporte p/ bicicleta em cantoneira 7/8 e ferro 3/8	RS 175,00	RS 1.750,00
XI	20 M²	Grelha para esgoto, ferro 3/8 cantoneiras 3/4, espaço 1,5cm.	RS 255,00	RS 5.100,00
XII	20 M²	Grelha para boca de lobo, ferro 16mm, espaço de 3cm	RS 330,00	RS 6.600,00
TOTAL			RS	53.750,00

Mariluz, 08 de março de 2.017
PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
CPF: 805.330.519-91
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena

DECRETO Nº 016/2016
Abre "Crédito Adicional Especial" no corrente Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei nº 1.346, do dia 07 de março de 2016.

DECRETA
Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial, no corrente Orçamento geral do Município, no valor de R\$ 281.500,00 (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), de acordo com as seguintes classificações orçamentárias:

04.000 - Secretaria de Transporte e Obras Publica	04.002 - Divisão do Setor Rodoviário	04.002.26.782.0005.1.037 - Construção de Pontes	F-03000 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	RS 250.000,00
05.000 - Secretaria Educação	05.001 - Divisão de Ensino Fundamental	05.001.12.361.0008.1.068 - Reforma e Melhorias na Escola Municipal Nossa Sra. Das Graças	F-03107 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	RS 31.500,00
TOTAL				RS 281.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

I - SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível + realizável - passivo financeiro) do exercício de 2015, nas seguintes fontes:	
F. 01107 - Salário Educação - Exercício 2015.....	RS 31.500,00
F. 01000 - Recursos Livres - Exercício 2015.....	RS 250.000,00
TOTAL	RS 281.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de março do ano de 2016.
ELIAS BEZERRA DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 050/2016
SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de funcionário aprovado em Concurso Público para cumprimento de estágio probatório, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Nomear LUCIANA RODRIGUES DOS SANTOS, portadora do RG 1672304201-0/SSP-MA, e do CPF 030.503.113-98, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público para o Cargo de Professor de Educação Infantil, devendo a mesma cumprir Estágio Probatório na respectiva função a partir de 07 de março de 2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando ato pela publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 07 dias do mês de março do ano de 2016.
LUIZ LAZARO SORVOS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena

LEI Nº. 1.347, de 07 de março de 2016.
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE METAS E PRIORIDADES NO ANEXO I DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO, Nº. 1.246/2015, DE 15/06/2015 E PPA - 955/2013, DE 10/12/2013.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado incluir no Anexo I integrante da Lei n. 1.246, de 15/06/2015 e PPA - 955/2013 de 10/12/2013, para o exercício financeiro de 2.016, abaixo discriminados:

I - Inclusão de dois projetos:

Construção de Pontes	250.000,00
Reforma e Melhorias na Escola Municipal Nossa Sra. Das Graças	31.500,00
TOTAL	281.500,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de março do ano de 2016.

ELIAS BEZERRA DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL.

Prefeitura Municipal de Maria Helena

LEI Nº. 1.346, de 07 de março de 2016.
Autoriza a abertura de "Crédito Adicional Especial" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a Suplementação no Orçamento do corrente exercício financeiro, um Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 281.500,00 (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos reais), de acordo com as seguintes classificações orçamentárias:

04.000 - Secretaria de Transporte e Obras Publica	04.002 - Divisão do Setor Rodoviário	04.002.26.782.0005.1.037 - Construção de Pontes	F-03000 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	RS 250.000,00
05.000 - Secretaria Educação	05.001 - Divisão de Ensino Fundamental	05.001.12.361.0008.1.068 - Reforma e Melhorias na Escola Municipal Nossa Sra. Das Graças	F-03107 - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....	RS 31.500,00
TOTAL				RS 281.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

I - SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível + realizável - passivo financeiro) do exercício de 2015, nas seguintes fontes:

F. 01107 - Salário Educação - Exercício 2015.....	RS 31.500,00
F. 01000 - Recursos Livres - Exercício 2015.....	RS 250.000,00
TOTAL	RS 281.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

I - SUPERÁVIT FINANCEIRO (disponível + realizável - passivo financeiro) do exercício de 2014, nas seguintes fontes:

F. 01495 - COSIP - Atenção Básica, Art. 1 - Exercício 2014.....	RS 128.175,00
F. 01101 - Fundeb 60% - Exercício 2014.....	RS 168.160,12
F. 01000 - Recursos Ordinários - Exercício 2014.....	RS 62.310,78
TOTAL	RS 358.645,90

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de março do ano de 2016.

ELIAS BEZERRA DE ARAUJO
PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 019/2016
SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de funcionário aprovado em Concurso Público para cumprimento de estágio probatório, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Art. 1º - Nomear MARCIA ROSA DA SILVA, portadora do RG 10.851.636-4/SSP-PR, e do CPF 062.799.959-09, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, devendo a mesma cumprir Estágio Probatório na respectiva função a partir de 08 de março de 2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando ato pela publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 08 dias do mês de março do ano de 2016.
LUIZ LAZARO SORVOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 019/2016
SÚMULA: Concede Pensão por morte a Marcelo Augusto Moraes Costa.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Artigo 201, inciso V, da Constituição Federal e Artigo 58 e 64 da Lei Municipal nº 942 de 28/12/2001,
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedido PENSÃO POR MORTE a MARCELO AUGUSTO MORAIS COSTA, brasileiro, menor, estudante representado por seu pai o Sr. JOSÉ LUIZ DA COSTA, RG. 8.217.027-1 SSP/PR e do CPF nº 727.799.779-49, em razão do falecimento de sua mãe Sra. NILCE DE MORAIS, servidora aposentada deste Município, lotada no Quadro de Pessoal Inativo, constituída de uma cota temporária de 100% (cem por cento) da totalidade dos proventos de aposentadoria da servidora falecida, no valor mensal de R\$. 890,00 (oitocentos e oitenta reais) e anual de R\$. 10.680,00 (dez mil e oitocentos e oitenta reais), cuja extinção se dará de acordo com o previsto no Artigo 64 da Lei nº 942 de 28/12/2001, a partir do dia 01 de março de 2016.
Art. 2º - Os proventos desta Pensão serão custeados com recursos do Fundo de Previdência do Município de Nova Olímpia - FUNPRENO, ficando extinta na mesma data a Aposentadoria concedida a o servidora NILCE DE MORAIS.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 01 (um) de março de 2016.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO EDIVALDO RODRIGUES PESSANHA, AOS 07 (SETE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS).
LUIZ LAZARO SORVOS
Prefeito Municipal

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Aviso de TOMADA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS N. 01/2016 - MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ - CIUENP, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA DE PREÇOS - TÉCNICA E PREÇO, para o seguinte:

OBJETO: Contratação de agência de publicidade/propaganda para criação, produção de peças publicitárias, materiais gráficos, planejamento, controle de campanhas publicitárias, avisos, informativos e mídias alternativas, referentes aos atos do CIUENP - SAMU 192 - Noroeste do Paraná, bem como produções de mídia para rádio e televisão, elaboração e confecção de folders, banners, faixas, cartazes e outros elementos de divulgação, tendo como foco evidenciar o papel do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no contexto social, e valorizar os serviços desenvolvidos pelo SAMU 192 - Noroeste do Paraná, atendidas as especificações mínimas exigidas para a execução dos serviços.

TIPO - TÉCNICA E PREÇO;
VALOR TOTAL ANUAL A SER GASTO (Administração contrato + campanhas publicitárias) - R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);

DATA DA ABERTURA - 12 de ABRIL de 2016 - HORÁRIO: 09H00MIN;
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - Lei n. 8.666/93 e Lei Complementar n. 123/2006;

Serão fornecidas aos interessados cópias do inteiro teor do presente Edital e de seus anexos aos licitantes que solicitarem no Departamento de Licitações e Contratos do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP, até 03 (três) dias úteis antes da abertura dos envelopes, mediante o pagamento do custo total de cópias, fixado em R\$ 30,00 (trinta reais), comprovado por meio de depósito bancário na conta corrente n. 47.626-9, Agência n. 0645-9 - BANCO DO BRASIL S/A - Umuarama/PR.

OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ - CIUENP, NA RUA PAULO PEDROSA DE ALENCAR, Nº 4.348, CENTRO, Umuarama/PR.

Umuarama/PR, 02 de março de 2016.
MOACIR SILVA - Presidente do CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
04.03.2016	FNDE-MERENDA ESCOLAR	8.258,00
TOTAL		8.258,00

Perobal, 04 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
02.03.2016	FNDE-FUNDO NACIONAL DESENV. EDUC.-Transporte Escolar-ESTADUAL	9.535,85
TOTAL		9.535,85

Perobal, 02 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
03.03.2016	FNS/Programa de qualificação das ações de vigilância em Saúde (PVVS)	3.000,00
TOTAL		3.000,00

Perobal, 03 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
04.03.2016	MS-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL-SAUDE BUCAL	2.230,00
TOTAL		2.230,00

Perobal, 04 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
04.03.2016	MS-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL-PSF	11.130,00
TOTAL		11.130,00

Perobal, 04 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
04.03.2016	MS-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL-PACS	14.196,00
TOTAL		14.196,00

Perobal, 04 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes recursos Federais e Estaduais.

DATA DO RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R\$
04.03.2016	MS-PISO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL-PACS	14.196,00
TOTAL		14.196,00

Perobal, 04 de março de 2016.

JEFFERSON CASSIO PRADELLA **MARIA JURENILDA DUARTE RUBIO**
Prefeito Municipal **Secretária Municipal de Fazenda**

NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal Nº. 9.452, de 20 de março de 19

Licitações e Pregões

SAMU 192 CIUENP
NOROESTE PR
Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Aviso de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 – TIPO MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, para o seguinte:
OBJETO: implantação de registro de preços para aquisição de materiais gêneros alimentícios, de copa e cozinha, higiene e limpeza e produtos de higienização para o CIUENP - SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
TIPO – MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE;
VALOR MÁXIMO TOTAL ANUAL DA LICITAÇÃO – R\$ 35.277,87 (Trinta e cinco mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos).
DATA DA ABERTURA – 22 DE MARÇO DE 2016 – HORÁRIO: 14H00MIN;
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – Lei nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 10.520/2002;
Serão fornecidas aos interessados cópias do inteiro teor do presente Edital e de seus anexos aos licitantes que solicitarem no Departamento de Licitações e Contratos do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – CIUENP, até 03 (três) dias úteis antes da abertura dos envelopes, mediante ainda o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais), em conta a ser fornecida pelo Consórcio Público.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ - CIUENP, NA RUA PAULO PEDROSA DE ALENCAR, 4.348, CENTRO, UMUARAMA/PR.
Umuarama/PR, 02 de março de 2016.
MOACIR SILVA - Presidente do CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
 São Jorge do Patrocínio, 08 de Março de 2016
 Em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº. 9.452/97, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais.
 Período: 07/03/2016 A 08/03/2016

DATA	RECURSO	VALOR
07/03/2016	SIMPLES NACIONAL	R\$- 10,00
07/03/2016	SAÚDE BUCAL	R\$- 5.210,00
07/03/2016	PMVA	R\$- 14.292,00
07/03/2016	SAÚDE DA FAMÍLIA	R\$- 11.130,00
07/03/2016	ASSIS. FIN. COMPL.-ACLS 95%	R\$- 11.559,80
08/03/2016	FUNDEB	R\$- 3.074,41
TOTAL:		R\$- 45.184,01

Valdelei Aparecido Nascimento
 Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
 Estado do Paraná
 ATO DA MESA Nº 010/2015
 HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
 Dispensa por Limite nº 01/2015
 Homologa julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01/2015 de dispensa por limite, dando outras providências.
 A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
 Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 007/2015 de 13 de maio de 2015, sobre o Processo de Dispensa por Limite da Licitação nº 02/2015, que tem por objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, INFORMATICA, VISANDO IMPLANTAÇÃO, CONSULTORIA, MANUTENÇÃO MENSAL, ATUALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE SOFTWARE INTERNO, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DO TCE-PR E LEGISLAÇÃO PERTINENTE EM VIGOR.
 Art. 2º - Fica aditado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo relacionada, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), que fica fazendo parte indissolúvel deste ATO.
 Art. 3º - BODEING & ROCHA LTDA.
 Art. 3º - Pelo presente, ficam intimados o participante da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste ato.
 Art. 4º - Este ATO DA MESA entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
 SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PARANÁ, aos 29 de dezembro de 2015.
 PAULO SERGIO ARIAS
 Presidente
 LUCILENE BONATO DE MELO
 Vice-Presidente
 FERNANDO ROMUALDO MACIEL
 Primeiro Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
 Estado do Paraná
 TERMO ADITIVO 01/2016 AO TERMO DE FOMENTO 002/2016, celebrado entre si pelo MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, DA CIDADE DE ALTO PARANÁ, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
 Pelo presente instrumento particular de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, com sede à Avenida Carlos Spanhol, 164, Centro, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO, brasileiro, casado, maior, portador do RG nº 212.424-9 SSP/PR e do CPF/MF nº 670.142.729-34, residente e domiciliado à Rua Jesus Alves da Silva, nº. 24, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE da cidade de Alto Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 77.871.416/0001-00, localizada à Rua dos Comerciantes, nº. 291, Jardim Monte Carlo, na cidade de Altonia, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Presidente a Sra. LEDA MARIA DOS REIS POIANI, brasileira, casada, portadora do RG/CI nº. 806.641-1 SSP/PR, e do CPF/MF nº. 807.011.759-15, residente e domiciliada à Rua dos Expedicionários, nº. 135, na cidade de Altonia, Paraná, resolvem firmar o presente Termo Aditivo 01 ao Termo de Fomento 002/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir:
 Cláusula Primeira – Da Gestão e Fiscalização
 Altera a função de gestor e fiscalizador desta transferência que será exercida pela Servidora Pública Sra. Bárbara Xavier Piron, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº. 093.579.079-98 SSP/PR, sob Matrícula Funcional nº. 602-5, já nominada anteriormente como Fiscal das transferências deste município através da Portaria nº. 295/2015 de 21 de agosto de 2015.
 Cláusula Segunda – Das Ratições
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
 Cláusula Terceira – Do Foro Competente
 Fica eleito o Foro da Comarca de Altonia, Estado do Paraná, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal. E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.
 São Jorge do Patrocínio, 08 de março de 2016.
 VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO
 CPF/MF nº 670.142.729-34
 Prefeito Municipal
 LEDA MARIA DOS REIS POIANI
 CPF/MF nº 807.011.759-15
 Presidente
 Testemunhas:
 CAROLINE BASAN NASCIMENTO RG/CI 12.428.040-0 SSP/PR
 CRISTINA DE ALMEIDA LAVERDE RG/CI 9.636.154-8 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
 Estado do Paraná
 TERMO ADITIVO 01/2016 AO TERMO DE FOMENTO 003/2016, celebrado entre si pelo MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, DA CIDADE DE ALTONIA PARANÁ, nos termos e condições abaixo estabelecidas.
 Pelo presente instrumento particular de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, com sede à Avenida Carlos Spanhol, 164, Centro, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO, brasileiro, casado, maior, portador do RG nº 212.424-9 SSP/PR e do CPF/MF nº 670.142.729-34, residente e domiciliado à Rua Jesus Alves da Silva, nº. 24, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE da cidade de Altonia/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 77.871.416/0001-00, localizada à Rua dos Comerciantes, nº. 291, Jardim Monte Carlo, na cidade de Altonia, Estado do Paraná, neste ato representada por sua Presidente a Sra. LEDA MARIA DOS REIS POIANI, brasileira, casada, portadora do RG/CI nº. 806.641-1 SSP/PR, e do CPF/MF nº. 807.011.759-15, residente e domiciliada à Rua dos Expedicionários, nº. 135, na cidade de Altonia, Paraná, resolvem firmar o presente Termo Aditivo 01 ao Termo de Fomento 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir:
 Cláusula Primeira – Da Gestão e Fiscalização
 Altera a função de gestor e fiscalizador desta transferência que será exercida pela Servidora Pública Sra. Bárbara Xavier Piron, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº. 093.579.079-98 SSP/PR, sob Matrícula Funcional nº. 602-5, já nominada anteriormente como Fiscal das transferências deste município através da Portaria nº. 295/2015 de 21 de agosto de 2015.
 Cláusula Segunda – Das Ratições
 Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
 Cláusula Terceira – Do Foro Competente
 Fica eleito o Foro da Comarca de Altonia, Estado do Paraná, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal. E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.
 São Jorge do Patrocínio, 08 de março de 2016.
 VALDELEI APARECIDO NASCIMENTO
 CPF/MF nº 670.142.729-34
 Prefeito Municipal
 LEDA MARIA DOS REIS POIANI
 CPF/MF nº 807.011.759-15
 Presidente
 Testemunhas:
 CAROLINE BASAN NASCIMENTO RG/CI 12.428.040-0 SSP/PR
 CRISTINA DE ALMEIDA LAVERDE RG/CI 9.636.154-8 SSP/PR

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 Estado do Paraná
 AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016
 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME/EPP
 O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação do objeto abaixo especificado, observadas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Global.
OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de troféus e medalhas para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná.
SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14:00 horas do dia 18/03/2016.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pêrola Binyngton, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 257, 18 de agosto de 2009.
INFORMAÇÕES: Será fornecida cópia do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que solicitarem no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sem nenhum custo. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado ou pelo telefone: 44- 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h às 17h30min.
Pérola/PR, 03 de março de 2016.
JOSE DE ALMEIDA ROCHA
 Secretário Municipal de Planejamento
 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 Estado do Paraná
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO
 7º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 161/2014
 Contratante: MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação do objeto abaixo especificado, observadas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Global.
OBJETO: Contratação de instituição hospitalar visando realização de Consultas Médicas Especializadas eletivas e de exames complementares especializados, Procedimentos Médicos da Atenção Especializada e Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais e Hospitalares, em seus estabelecimentos próprios, para atendimento aos pacientes encaminhados pelo Município de Pérola.
SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14:00 horas do dia 21 de março de 2016.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pêrola Binyngton, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 257, 18 de agosto de 2009.
INFORMAÇÕES: Será fornecida cópia do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que solicitarem no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Pérola, sem nenhum custo. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado ou pelo telefone: 44- 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h às 17h30min.
Pérola/PR, 08 de março de 2016.
JOSE DE ALMEIDA ROCHA
 Secretário Municipal de Planejamento
 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

MUNICÍPIO DE PÉROLA
 Estado do Paraná
 AVISO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016
 O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO (presencial), observadas as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Global.
OBJETO: Contratação de instituição hospitalar visando realização de Consultas Médicas Especializadas eletivas e de exames complementares especializados, Procedimentos Médicos da Atenção Especializada e Procedimentos Cirúrgicos Ambulatoriais e Hospitalares, em seus estabelecimentos próprios, para atendimento aos pacientes encaminhados pelo Município de Pérola.
SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14:00 horas do dia 21 de março de 2016.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pêrola Binyngton, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 257, 18 de agosto de 2009.
INFORMAÇÕES: Será fornecida cópia do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que solicitarem no Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal de Pérola, sem nenhum custo. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado ou pelo telefone: 44- 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h às 17h30min.
Pérola/PR, 08 de março de 2016.
JOSE DE ALMEIDA ROCHA
 Secretário Municipal de Planejamento

Estado do Paraná
Fundo de Prev de Sao Jorge do Patrocínio
Unidade Gestora: 0001 - FUNDO PREVIDENCIA M. S. JORGE PATROCINIO

Balanco Patrimonial
 Exercício de 2015 - Anexo 14, da Lei 4.320/64

Página 1 de 1

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE	27.163.113,88	23.112.683,26	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	143.617,40	307.051,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	143.617,40	307.051,47	PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	27.019.496,48	22.805.631,79	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	27.019.496,48	22.805.631,79	VALORES RESTITUIVEIS	0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	11.088,50	8.908,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	25.444.825,37	19.768.658,83
IMOBILIZADO	11.088,50	8.908,50	PROVISÕES A LONGO PRAZO	25.444.825,37	19.768.658,83
BENS MÓVEIS	11.503,50	9.323,50	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	25.444.825,37	19.768.658,83
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(415,00)	(415,00)	TOTAL DO PASSIVO	25.444.825,37	19.768.658,83
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Exercício Atual	Exercício Anterior	
RESULTADOS ACUMULADOS			1.729.377,01	3.352.932,93	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS			27.166.073,88	23.113.463,26	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO			3.234.529,96	809.059,73	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			3.234.529,96	809.059,73	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS			23.922.226,88	22.304.403,53	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			23.922.226,88	22.304.403,53	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO			9.317,04	0,00	
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			9.317,04	0,00	
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS			(25.436.696,87)	(19.760.530,33)	
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO			0,00	(19.760.530,33)	
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	(19.760.530,33)	
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS - INTRA OFSS			(25.436.696,87)	0,00	
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO			0,00	0,00	
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			(25.436.696,87)	0,00	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			1.729.377,01	3.352.932,93	
TOTAL	27.174.202,38	23.121.591,76	TOTAL	27.174.202,38	23.121.591,76
ATIVO FINANCEIRO	27.163.113,88	23.112.683,26	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	11.088,50	8.908,50	PASSIVO PERMANENTE	25.444.825,37	19.768.658,83
SALDO PATRIMONIAL	1.729.377,01	3.352.932,93	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (a executar)	0,00	0,00

JOSE CARLOS BOLSANELLO
 Contador
 CRC n.º PR-023804/O-0

VALMIRA LAZARIN
 Presidente
 CPF - 0811933419-38

PRONIM CP - Contabilidade Pública

Emittido em: 19/01/2016 12:16:51

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
 Estado do Paraná
 DECRETO Nº 014, DE 08 DE MARÇO DE 2016
 Institui a Sala Municipal de Coordenação e Controle, para o enfrentamento da Dengue, do Virus Chikungunya e do Zika Virus.
 O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, VI, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital nº 025, de 18 de novembro de 2015, com resultado final divulgado através do Edital nº 025/2015 - D, de 07 de janeiro de 2016, homologado pelo Decreto nº 006, de 02 de fevereiro de 2016 e convocação através do Edital nº. 005/2016 de 24 de fevereiro de 2016, RESOLVE:
 I - Fica instituída a Sala Municipal de Coordenação e Controle, que funcionará no Departamento Municipal de Saúde de Tapejara.
 Art. 2º O objetivo da Sala Municipal de Coordenação e Controle é gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti, para o enfrentamento da Dengue, do Virus Chikungunya e do Zika Virus.
 Art. 3º A Sala Municipal de Coordenação e Controle será composta por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:
 I - Departamento Municipal de Saúde, que o coordenará;
 II - Departamento Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
 III - Gabinete do Prefeito;
 IV - Defesa Civil Municipal;
 V - Departamento Municipal de Educação;
 VI - Departamento Municipal de Ação, Promoção Social e Assuntos Comunitários;
 VII - Departamento Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos; e
 VIII - Comê Municipal de Combate a Dengue.
 § 1º Os órgãos definidos neste artigo indicará dois representantes, sendo um titular e um suplente.
 § 2º Poderão ser convidados para integrar a Sala Municipal de Coordenação e Controle representantes de outros órgãos federais, estaduais e municipais, e de organizações da sociedade civil.
 § 3º Os representantes dos órgãos serão indicados pelos respectivos gestores e designados através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.
 § 4º A Sala Municipal de Coordenação e Controle para o enfrentamento do vírus da Dengue, Virus Chikungunya e do Zika Virus, reunir-se-á ordinariamente, conforme calendário estabelecido pelos seus membros, ou extraordinariamente, se convocada pelo Coordenador.
 Art. 4º Para efeito de que trata o art. 2º, a Sala Municipal de Coordenação e Controle deverá:
 I - definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito Aedes aegypti em todo território municipal, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos;
 II - coordenar as ações dos órgãos municipais para o enfrentamento do vírus da Dengue, Virus Chikungunya e do Zika Virus;
 III - monitorar os procedimentos adotados para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito Aedes aegypti;
 IV - propor aos órgãos competentes estudos e medidas para alcançar o objetivo definido no art. 2º.
 Art. 5º A participação na Sala Municipal de Coordenação e Controle será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.
 Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Tapejara, em 08 de março de 2016.
 NOÉ CALDEIRA BRANT
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
 Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 078 DE 08 DE MARÇO DE 2016
 Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.
 O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 71, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.
 R E S O L V E
 Art. 1º - Nomear, Comissão Especial para Avaliação dos Imóveis, abaixo relacionados, de propriedade de Município:
 Lote U da área industrial de Tapejara n.º 01, com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados) objeto da Matrícula n.º 5458 do Registro Geral, do Registro de Imóveis - 1º Ofício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, Comarca de Cruzeiro do Oeste.
 Lote V da área industrial de Tapejara n.º 01, com área de 2.396,80 m² (dois mil, trezentos e noventa e seis vírgula oitenta metros quadrados) objeto da Matrícula n.º 5459 do Registro Geral, do Registro de Imóveis - 1º Ofício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, Comarca de Cruzeiro do Oeste.
 1. JOSE LUIZ DUTRA HATUM - CPF: 445.866.049-72
 2. LUIZ APARECIDO BAGSTERO PAPPÁ - CPF: 507.895.709-04
 3. FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA - CPF: 3.392.379-1
 Parágrafo único: A Comissão nomeada será presidida pelo Sr. JOSE LUIZ DUTRA HATUM
 Art. 2º A Comissão deverá no prazo de 07 (sete) dias úteis a contar da data de publicação do presente Decreto, examinar o devido Termo de Avaliação, constando o valor, as condições e características do imóvel e das benfeitorias existentes em 03 (três) vias devidamente instruída e assinada pela Comissão.
 Art. 3º Os serviços prestados pela Comissão serão considerados de relevância, sem ônus para o município.
 Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
 Tapejara, em 08 de março de 2016.
 NOÉ CALDEIRA BRANT
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
 PORTARIA Nº 065, DE 08 DE MARÇO DE 2016
 Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.
 O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital nº 025, de 18 de novembro de 2015, com resultado final divulgado através do Edital nº 025/2015 - D, de 07 de janeiro de 2016, homologado pelo Decreto nº 006, de 02 de fevereiro de 2016 e convocação através do Edital nº. 005/2016 de 24 de fevereiro de 2016, RESOLVE:
 Art. 1º Exonerar, a partir do dia 08 de março de 2016, a Sr. Marcia Aparecida de Oliveira, matrícula n.º 1844-9, portadora da CI/RG n.º 4.610.832-5 - SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Departamento de Saúde.
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Tapejara, em 08 de março de 2016.
 NOÉ CALDEIRA BRANT
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
 PORTARIA Nº 066, DE 08 DE MARÇO DE 2016
 Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.
 O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 71, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Concurso Público Municipal, instituído pelo Edital nº 025, de 18 de novembro de 2015, com resultado final divulgado através do Edital nº 025/2015 - D, de 07 de janeiro de 2016, homologado pelo Decreto nº 006, de 02 de fevereiro de 2016 e convocação através do Edital nº. 005/2016 de 24 de fevereiro de 2016, RESOLVE:
 Art. 1º Nomear Francielei Lopes de Souza Carvalho, portadora da CI/RG n.º 10.631.374-1 - SSP/PR e CPF/MF n.º 094.097.589-04, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com lotação no Departamento de Saúde.
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Tapejara, em 08 de março de 2016.
 NOÉ CALDEIRA BRANT
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA
 Estado do Paraná
 PORTARIA Nº 068, DE 08 DE MARÇO DE 2016
 Nomeia servidor para exercer cargo de prov

Publicação de editais

leis@ilustrado.com.br

Table with columns: ATIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior, PASSIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Title: CAMARA MUN DE SAO JORGE DO PATROCINIO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS.

Table with columns: ATIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior, PASSIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Title: ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO.

Table with columns: ATIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior, PASSIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Title: ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO.

Table with columns: ATIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior, PASSIVO, Exercício Atual, Exercício Anterior. Title: ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - PODER LEGISLATIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 082, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Concede férias regulamentares e dá outras providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 042/2016. LUIZ ANTONIO KRAUSS, Prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná.

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCINIO. Edital do Paraná PORTARIA Nº 390/2015, de 21 de agosto de 2015. Nomeia membros do Conselho Municipal de Saúde do município de São Jorge do Patrocínio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 043/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 044/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 045/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 046/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 047/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 048/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 049/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 050/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 051/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 052/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 076, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 077, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 078, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 079, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Nomeia servidor para exercer cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 080, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Concede Adicional de Formação Intelectual - AF1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 081, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Concede Licença Prêmio a servidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 082, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Concede Licença Prêmio a servidor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA. Edital do Paraná PORTARIA Nº 083, DE 08 DE MARÇO DE 2016. Concede Licença Prêmio a servidor.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná ATO DA MESA Nº 006/2016. Nomeia a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PREGÃO PRESENCIAL - Nº 14/2016-PMTO. Processo Administrativo Nº 15/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 084/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 085/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 086/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 087/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 088/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 089/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 090/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 091/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 092/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 093/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná ATO DA MESA Nº 007/2016. Nomeia a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PREGÃO PRESENCIAL - Nº 15/2016-PMTO. Processo Administrativo Nº 16/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 094/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE. Edital do Paraná PORTARIA Nº 095/2016. Dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados para provimento de cargos efetivos.

Comunicações

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
NOTIFICADO
MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, de acordo com a Lei Municipal nº 997/2013 e Lei municipal 1162/2013, vêm através da presente, NOTIFICAR os seguintes proprietários de terrenos baldios, a efetuar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a LIMPEZA do imóvel urbano de sua propriedade ou responsabilidade, nesta cidade de Terra Roxa – Estado do Paraná.

Caso não seja atendida a presente notificação, no uso do direito de ação, o NOTIFICANTE executará os serviços e lançará o débito ao NOTIFICADO, no valor estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 2º da supracitada Lei.

NOTIFICADOS:

BAIRRO	RUA	QUADRA/LOTE	PROPRIETÁRIO
JARDIM ECOVILLE II	Q 09/ LT 01	MRZ-CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-ME	
JARDIM ECOVILLE II	Q 07/ LT04-05	MRZ-CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-ME	
JARDIM ECOVILLE II	Q 03/ LT 02-03-06-07-08-11-15-18	MRZ-CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-ME	
JARDIM ECOVILLE II	Q 04/ LT 03-04-07-08-09-10-11-17-18	MRZ-CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA-ME	
JARDIM ECOVILLE II	Q 02/ LT 05-12	AMAMIA & BRITO LTDA	
JARDIM ECOVILLE II	Q 03/ LT 06-09-17	AMAMIA & BRITO LTDA	
JARDIM ECOVILLE II	Q 04/ LT 02-06-07	AMAMIA & BRITO LTDA	
JARDIM ECOVILLE II	Q 07/ LT 01-02-03-04-05-11-12	AMAMIA & BRITO LTDA	
JARDIM ECOVILLE II	Q 08/ LT 04-05-09-10	AMAMIA & BRITO LTDA	

Por oportuno, fica o NOTIFICADO informado que não poderá depositar no passivo ou sobre a ruia ou avenida, os detritos resultantes da limpeza, fora da época prevista, pelo CALENDÁRIO DE DEPOSIÇÃO E COLETA DE ENTULHO, para a região de localização do referido imóvel.

Aterrosamento
 CRISTIANO DE MELLO MOURA
 Chefe da Divisão de Fiscalização Pol. 7518/2015
 Original Assinado e arquivado no Setor de Tributação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 2703, de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n.º 1418, de 03 de Março 2016;

D E C R E T A
 Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional suplementar junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 504.274,74 (quatrocentos e cinquenta mil, vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.001 - Departamento municipal de saúde	
010.302.0030.2142 - Manutenção da UPA e atendimento especializado a população	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	R\$ 51.700,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	
3.3.90.30.00 - Material de consumo	RS 60.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 348.324,74

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:

06.000 - Secretaria municipal de saúde	
06.001 - Departamento de saúde	
010.301.000.12.2136 - Manter as atividades de gestão do sus	RS 51.700,00
3.1.91.70.00 - Roteio pela participação em consórcio público	
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 51.700,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 50.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 348.324,74

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Terra Roxa - PR, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
LEI N.º 1418 de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:
 LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional suplementar e especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 2.759.675,52 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.001 - Departamento de saúde	
010.302.0030.2142 - Manutenção da UPA e atendimento especializado a população	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 200.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	
3.1.90.11.00 - Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	RS 592.114,32
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 536.433,03
3.1.90.13.00 - Obrigações patronais	RS 1.500,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 37.803,23
3.1.91.13.00 - Obrigações patronais	RS 100.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.14.00 - Diárias - pessoal civil	RS 20.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.30.00 - Material de consumo	RS 20.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 50.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa física	RS 37.803,23
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 17.803,23
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente	RS 5.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 10.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:

06.000 - Secretaria municipal de saúde	
06.001 - Departamento de saúde	
010.301.000.12.2136 - Manter as atividades de gestão do sus	RS 51.700,00
3.1.91.70.00 - Roteio pela participação em consórcio público	
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 51.700,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 50.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 348.324,74
3.3.90.30.00 - Material de consumo	RS 20.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 50.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa física	RS 37.803,23
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 17.803,23
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente	RS 5.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 10.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Terra Roxa - PR, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA OS ATOS ADMISSIONAIS
 O Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, atendendo a requerimento formulado em data de 07 de março de 2016, após análise pela comissão competente deferiu o pedido de reclassificação para o final da fila da candidata Ana Paula Marsola, portadora do RG nº 35.645.715-1, com número de inscrição 524, no concurso aberto pelo edital 001/2015, tendo em vista que a reclassificação não gera qualquer prejuízo ao edital, assinando a convocação do edital para a seguinte ordem abaixo descrita.

DOCUMENTOS EXIGIDOS:

- Cédula de Identidade;
- CPF em situação regular perante a Receita Federal;
- PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- Certificado de Reservista;
- Certidão de Nascimento dos filhos com até 18 anos;
- Certidão de antecedentes criminais do domicílio;
- Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso de viúvo/);
- Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
- Carteira de Trabalho (parte de foto, frente e verso, e o último contrato);
- Diploma e/ou Certificado de conclusão do curso específico, reconhecido pelo MEC;
- Declaração de não acumulo de cargo, com firma reconhecida (em original fornecida pela Secretaria Municipal de Gestão Pública), nos termos do art. 37 da Constituição Federal;
- Uma foto 3x4, recente;
- Declaração de bens;
- Tipos sanguíneos;
- Conta corrente Banco do Brasil

CONVOCAÇÃO:

NOME DO CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
EDUARDO FERREIRA DA SILVA	EDUCADOR INFANTIL	2º
RENATA BONDEZAN FERREARSE	EDUCADOR INFANTIL	3º
JOSILAINÉ BALLESTERO CAMACHO	GARI	1º
FRANINE DE AQUINO	GARI	2º
WASHINGTON LUIZ MADEIRO DOS SANTOS	LIXEIRO	3º
ANDREIA ANTONIADA NIS NAPOLEÃO	PROFESSOR	4º
ANDREIA FERREIRA RIBEIRO E SILVA	PROFESSOR	5º
EMERSON LUIZ LANZA	VIGILANTE SANITARIO	2º

Paço Municipal João Francisco de Souza, 08 de março de 2016.
 Luiz Antonio Krauss
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 2704, de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n.º 1418, de 03 de Março 2016;

D E C R E T A
 Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 2.076.350,58 (dois milhões, setenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.001 - Departamento de saúde	
010.302.0030.2142 - Manutenção da UPA e atendimento especializado a população	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 592.114,32
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 536.433,03
3.1.90.13.00 - Obrigações patronais	RS 1.500,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 37.803,23
3.1.91.13.00 - Obrigações patronais	RS 100.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.14.00 - Diárias - pessoal civil	RS 20.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa física	RS 10.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00
3.3.90.39.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa jurídica	RS 148.500,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 150.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente	RS 10.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:

06.000 - Secretaria municipal de saúde	
06.001 - Departamento de saúde	
010.301.000.12.2136 - Manter as atividades de gestão do sus	RS 592.114,32
3.1.90.11.00 - Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	RS 592.114,32
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 536.433,03
3.1.90.13.00 - Obrigações patronais	RS 1.500,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 37.803,23
3.1.91.13.00 - Obrigações patronais	RS 100.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.14.00 - Diárias - pessoal civil	RS 20.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 30.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa física	RS 10.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00
3.3.90.39.00 - Outros serv. de terceiros-pessoa jurídica	RS 148.500,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 150.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 100.000,00
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente	RS 10.000,00
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 20.000,00
303 - Saúde - Rec. Vinc.(EC 29/00 15%) - E.C.	RS 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Terra Roxa - PR, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
LEI N.º 1419 de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:
 LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 74.374,47 (setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e sete reais e sete centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 - Secretaria de educação, cultura e esporte	
010.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 25.832,19
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:	
07.002 - Departamento de cultura	
013.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
LEI N.º 1420 de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:
 LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 72.196,90 (setenta e dois mil, cento e noventa e seis reais e noventa e seis centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 - Secretaria de educação, cultura e esporte	
010.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19
Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:	
07.002 - Departamento de cultura	
013.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 2705, de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n.º 1419, de 03 de Março 2016;

D E C R E T A
 Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 9.151,28 (nove mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 - Secretaria de educação, cultura e esporte	
010.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes:

07.000 - Secretaria de educação, cultura e esporte	
010.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Terra Roxa - PR, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
LEI N.º 1420 de 03 de Março de 2016
 Emenda. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte:
 LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional suplementar e especial junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R\$ 72.196,90 (setenta e dois mil, cento e noventa e seis reais e noventa e seis centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07.000 - Secretaria de educação, cultura e esporte	
010.392.0018.2102 - Manter as ações culturais do município	
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 5.000,00
10.000 - Secretaria de obras e serviços urbanos	
10.002 - Departamento de serviços urbanos	
015.451.0025.1057 - Revitalizar avenidas e vias públicas	RS 4.151,28
000 - Recursos Ordinários(Livres) Ex. Corrente	RS 4.151,28
862 - Convênio Rec. Asfáltico nº. 2921/2012	RS 25.832,19

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
 Prefeitura Municipal de Terra Roxa, em 03 de Março de 2016.
 Ivan Reis da Silva
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 8907/2016
IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- O requerimento protocolado sob nº 8073/2016 em 07/03/2016, devidamente instruído e tramitado;
- O amparo legal nos termos da Legislação Específica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor APARECIDO JOSE RODRIGUES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 374, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 90 (noventa) dias de licença especial

Publicações Legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 044/2016
CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI-PARANÁ.
O Prefeito do Município de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 168/2014 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMISEA – DECEFA.
Art. 1º Fica constituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMISEA – DECEFA, composto pelos seguintes membros:
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
01) Representantes da Associação de Produtores Rurais
Titular: Adalberto Campos
Suplente: Nilton Aparecido Piquiri
02) Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal
Titular: Osmar Lopes da Silva
Suplente: Ivan de Andrade
03) Representantes da Associação dos Feirantes de Alto Piquiri
Titular: Fernando Pereira do Nascimento
Suplente: Maria Aparecida Murari
04) Representantes do Sindicato Rural de Alto Piquiri
Titular: Eliavandsoni de Almeida Peloso
Suplente: Francisco de Assis Magalhães
05) Representantes das Igrejas Evangélicas de Alto Piquiri
Titular: Rosângela Moura Rodrigues Micheli
Suplente: Juceli Bezerra Ramos
06) Representantes do Centro de Convivência do Idoso
Titular: Aparecida Mateos dos Santos
Suplente: Gerusa Santana
07) Representantes da Escola Especial
Titular: Maria Cristina Rodrigues da Silva
Suplente: Dirce Miranda de Oliveira
08) Representantes do Rotary Clube de Alto Piquiri
Titular: Maurício Eduardo Caltiel
Suplente: José Eduardo Dias
09) Representantes da Entidade da Pessoa Idosa – Recanto da Amizade
Titular: Giovanni Mendes de Moraes
Suplente: Gislene Gonçalves Totari
REPRESENTANTES GOVERNAMENTAL
10) Representantes da Secretaria da Educação e Cultura
Titular: Erica Beraldo
Suplente: Edvaldo Nunes da Silva
11) Representantes da Secretária Municipal de Assistência Social
Titular: Salete Aparecida Faeco Cardoso
Suplente: Rosângela Moura Rodrigues Micheli
12) Representantes da Secretária Municipal de Agricultura
Titular: Paulo Cesar Dilei
Suplente: Rubem de Oliveira
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Alto Piquiri, aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de 2016 (dois mil e dezesseis).
Cezar Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
ATA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios para manutenção do Projeto Resgate da Criança e do Adolescente - P.R.C.A.
VIGILANTE: Nº 38.999.10 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e dez centavos)
EMISSÃO DO EDITAL Nº 2016
ABERTURA: 24de março de 2016 ÀS 08h:30min
Local: Prefeitura Municipal de Altônia, Rua Rui Barbosa, 815 – sala 06 – Centro Altônia-PR
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço - Lote
DO EDITAL: Será fornecido aos interessados cópias impressas ou cópias em mídia digital (pen-drive, CD, DVD ou digital, desde que consentido pelo licitante) do inteiro teor do presente edital e de seus anexos, aos licitantes que comparecerem no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Altônia, durante o período normal de expediente, até o dia da abertura do Pregão Presencial mudando o Carimbo do CNPJ da Empresa, mediante o pagamento da taxa administrativa fixada no Edital nº 02/2016 (dois reais) comprovado por meio de depósito bancário no Banco do Brasil Agência 1427-3 C/C nº 10.672-0. Maiores informações, através do E-mail: licitacoes@altonia.pr.gov.br
Altônia-PR, aos 08 de março de 2016.
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
REF. PREGÃO PRESENCIAL 002/2016
Nos 03 dias do mês de fevereiro, foi homologado o Pregão Presencial – Registro de Preços 002/2016 – PMA modalidade Pregão Presencial 002/2016. Termo de Homologação 002/2016, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado no dia 04/03/2016, processo em que foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17 de junho de 2002, Decretos Municipais nº 323/2006 E 098/2010, e disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento operacional entre o ORGÃO GERENCIADOR DE PREÇOS (PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTÔNIA – APAE) e a entidade administrativa na Rua dos Comerciantes, 291 – Jardim Monte Carlo, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA a empresa: CENP – CLÍNICA DE NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA UMUARAMA SS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.201.149-77-CEP nº 87.501.130, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sr. Silvo Alexandre Bruno, portador do RG nº 5.712.050-9 SSP/PR e do CPF nº 027.652.959-84, residente na cidade de Umuarama, Estado do Paraná, a saber:

1. Considerando que os itens constantes em anexo:
1.1. Faz parte do Rol de encargos da Detentora da Ata, por sua conta, custo e risco para REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa Especializada para prestação de serviços médicos em várias especialidades para atendimento à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altônia – APAE.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 06 (seis) meses a contar de sua assinatura.
1.3. O ORGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da nota de empenho ou autorização de entrega por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fax-símile, na forma descrita no Edital de Pregão 002/2016 – Registro de Preços – APAE.
1.4. Os atendimentos deverão ser realizados na clínica da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Altônia localizada na Rua dos Comerciantes, 291 – Jardim Monte Carlo, no município de Altônia – APAE – em horário de funcionamento da mesma (segunda a sexta-feira) das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas levando o profissional se sujeito aos horários de atendimentos contidos em cronograma específico elaborado pela APAE e acatar orientações da entidade como:
- Cada procedimento será de no mínimo 30 minutos sendo atendido 01 paciente por vez, respeitando o cronograma abaixo:
Neurologista: 5 horas mensal, sendo 10 procedimentos.
Psiquiatra: 2-30 horas mensal, sendo 05 procedimentos.
1.5. Os horários descritos em anexo estão sujeitos a mudanças de acordo com as Necessidades do Contratante, bastando para isso apenas Aviso com antecedência mínima de 07 (sete) dias.
1.6. Os valores devidos pela APAE serão pagos até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação de serviços, contados da apresentação da nota fiscal emitida pelo fornecedor, ficando o licitante responsável pela utilização de recursos das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidade perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.
1.7. As notas fiscais emitidas em decorrência serão devolvidas ao Detentor da Ata e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.
1.8. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do Detentor da Ata, desde que emanada na respectiva nota fiscal.
1.9. O objeto desta licitação deverá ser executado conforme a necessidade, contados a partir da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente, conforme o caso), conforme as condições estabelecidas no Processo de Registro de Preços 002/2016.
1.10. As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão à conta da Unidade Orçamentária, a seguir discriminadas, constante da Nota de Empenho ou Autorização de Entrega específica: Os recursos para pagamento de honorários de aquilotação de entrega por onde correrá a despesa, em decorrência do Edital de Pregão 002/2016 – Registro de Preços – APAE.
1.11. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, pelo fato de a mesma não estar inscrita no Cadastro de Fornecedores, ficando o licitante responsável por atualizar o cadastro.
1.12. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pela a Senhora Leda Maria dos Reis Poiari, Presidente da APAE de ALTÔNIA-PR, e pelos Representantes das Empresas já qualificados previamente, representando a Detentora e testemunhas.
Altônia, 04 de Fevereiro de 2016.
LEDA MARIA DOS REIS POIARI
Presidente da APAE
Contratada
CENP - CLÍNICA DE NEUROLOGIA E PSIQUIATRIA UMUARAMA SS LTDA
Silvo Alexandre Bruno
Contratado
TESTEMUNHAS:

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2016 – APAE – PREGÃO PRESENCIAL 002/2016

LOTE 01 - ITEM 01 – PROCEDIMENTOS DE NEUROLOGIA

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Validade do Registro	Valor
1	Unitário	130	Procedimentos de Neurologia com duração mínima de 30 minutos	06 meses	19.500,00
1	Unitário	130	Procedimentos de Neurologia com duração mínima de 30 minutos	06 meses	19.500,00

LOTE 01 - ITEM 02 - PROCEDIMENTOS DE PSIQUIATRIA

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Validade do Registro	Valor
1	Unitário	65	Procedimentos de Psiquiatria com duração mínima de 30 minutos	06 meses	9.750,00
1	Unitário	65	Procedimentos de Psiquiatria com duração mínima de 30 minutos	06 meses	9.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.517/2016
SÚMULA - Autoriza o Executivo Municipal a Doar Imóveis do Município de Altônia, à ASSOCIAÇÃO PROJETO EM AÇÃO JEOVÁ NISSI, destinado à construção de sede da entidade e espaço para atendimento de crianças, com cláusula de reversão e dá outras providências.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder à doação à "ASSOCIAÇÃO PROJETO EM AÇÃO JEOVÁ NISSI - PAJN", situada na Rua dos Flamingos, nº 36, Bairro Cidade Nova, na cidade de Altônia - PR, fundada em 02 de abril de 2015, no caso de reversão dos imóveis ao Município, em utilidade pública municipal pela Lei nº 1.472/2015 de 18.09.2015, devidamente cadastradas no CNPJ/MF sob nº. 22.345.120/0001-63, imóveis especificados no Art. 2º desta Lei, com cláusula de reversão.
Art. 2º Os imóveis a serem doados à ASSOCIAÇÃO PROJETO EM AÇÃO JEOVÁ NISSI - PAJN, com cláusula de reversão são os seguintes:
I - Lote nº 11 (onze) da Quadra nº. 07(sete) do Loteamento Planta Cidade Nova, localizado nesta cidade, município e comarca, com área de 325,00 m², objeto da matrícula nº. 11.168 do Livro nº. 2 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Altônia;
II - Lote nº. 12 (onze) da Quadra nº. 07(sete) do Loteamento Planta Cidade Nova, localizado nesta cidade, município e comarca, com área de 325,00 m², objeto da matrícula nº. 11.168 do Livro nº. 2 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Altônia;
III - Lote nº. 13 (onze) da Quadra nº. 07(sete) do Loteamento Planta Cidade Nova, localizado nesta cidade, município e comarca, com área de 325,00 m², objeto da matrícula nº. 11.169 do Livro nº. 2 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Altônia.
Art. 3º A doação de que trata esta Lei, está condicionada ao desenvolvimento de atividades com no mínimo 60 crianças e adolescentes, com atividades esportivas, lúdicas e recreativas, conhecimentos bíblicos as crianças sem mencionar denominações religiosas, palestras e campanhas a respeito de assuntos educativos, oficinas pedagógicas, musicais, artísticas e culturais.
Art. 4º Os imóveis, objetos de doação desta Lei, não poderão ser alienados, penhorados, doados, ou sublocados à outras entidades, sob pena de reversão.
Art. 5º A Doação desta Lei, revestirá por Decreto do Prefeito ao Município de Altônia, quando constatada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e lavrada em ata, de que a entidade não atendeu ou não está atendendo aos seguintes requisitos:
a) Com as finalidades da doação;
b) Com o prazo de 18 (dezoito) meses para construção e funcionamento das atividades nos imóveis doados, contados da data de lavramento desta Lei;
c) Com o atendimento ao número mínimo de 60 (sessenta) crianças e adolescentes e, ou;
d) Quando a entidade for extinta ou não tiver condições de funcionamento.
Parágrafo Único - No caso de reversão dos imóveis ao Município, não caberá ao donatário qualquer indenização, por eventuais benfeitorias ou construções feitas no(s) imóvel (eis).
Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar escritura pública de doação com cláusula de reversão, nos termos desta Lei, bem como, com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal, Vereador Pedro de Paiva, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
LEI Nº. 1.518/2016
SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Acordo e Compromisso de execução de obras e serviços, de forma amigável com a empresa: PALOZI & PIMENTA LTDA e dá outras providências.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a celebrar Termo de Acordo e Compromisso de execução de obras e serviços, entre o Município de Altônia e a empresa: Palozzi & Pimenta Ltda - CNPJ nº. 18.122.975/0001-58 – endereço: Avenida Nelson Barnabé de Melo, 443 - Sala "A", Bairro Jardim Novo Horizonte – CEP: 87.550-000 – São Jorge do Patrocínio – PR.
Art. 2º - O objeto do Termo Acordo e Compromisso amigável a ser celebrado entre as partes, são as seguintes as obras e serviços:
I. - A empresa Palozzi & Pimenta Ltda, que tem por obrigação, executar a pavimentação asfáltica de uma área de 880,49 m², na RUA BELINO ZANDONADI, em virtude de aprovação de Loteamento urbano no Lote nº 389-A-2 e Lote nº 389-A-1, Gleba Altônia – neste Município e Comarca de Altônia – Paraná, deixará de executar essa pavimentação que passará a ser de responsabilidade do Município.
II - Em contrapartida, a empresa Palozzi & Pimenta Ltda, que tem por obrigação executar galeria de drenagem de águas pluviais no Loteamento Urbano a ser executado no Lote nº 389-A-2 e Lote nº 389-A-1, Gleba Altônia, deste Município, com tubulação de 0,40 centímetros, executará a mesma galeria com tubulações de 0,60 centímetros e 1,00 metro, até o emissário, para ter capacidade de escoar águas pluviais oriundos da Avenida dos Agricultores e do centro da cidade, cujo acréscimo de custos será de R\$110.033,00, que deverá ser executado no prazo e condições estabelecidos na aprovação do referido loteamento urbano.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.519/2016
SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTÔNIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, AMARILDO RIBEIRO NOVATO - PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A PRESENTE LEI:
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S/A, operações de crédito até o limite de R\$ 1.150.000,00 (Um milhão, cento e cinquenta mil reais).
Parágrafo Único - O valor das operações de crédito está condicionado a obtenção pela municipalidade, de financiamento, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público através de Resoluções emanadas do Senado Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Art. 2º - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente a que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S/A.
Art. 3º - Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na execução dos seguintes projetos:
- Pavimentação de Vias Urbanas (Galerias de Águas Pluviais);
- Equipamento Rodoviário (Pá Carregadeira).
Art. 4º - Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à Agência de Fomento do Paraná S/A, parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.
Art. 5º - Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Poder Executivo Municipal, poderá outorgar à Agência de Fomento do Paraná S/A, mandato pleno, para receber e dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para subsublevar.
Art. 6º - O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal com a entidade financiadora, conforme elencado no contrato de operação de crédito.
Art. 7º - Anualmente, a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.
Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal, Vereador Pedro de Paiva, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
AMARILDO RIBEIRO NOVATO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 101/2016
Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.520/2016 de 08.03.2016.

Art. 1º Fica aberto no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Especial no orçamento do exercício vigente, no valor de R\$- 32.900,00 (Trinta e dois mil e novecentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
02.00 – GOVERNO MUNICIPAL		
02.02 – CONTROLADORIA INTERNA		
04.122.002.2.082 – Manutenção do Controle Interno	000	1.800,00
3388/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
03.03 – DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS		
04.122.002.2.007 – Administração dos Recursos Humanos	000	2.300,00
394/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
04.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.124.004.2.013 – Serviços de Administração e Controle	000	1.800,00
3394/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAÚDE		
10.301.006.2.034 – Programa M.Qualificação At.Basica – PMAQ	495	4.100,00
10.304.006.2.034 – Manutenção dos serviços de Vig em Saude	497	7.000,00
3386/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
10.304.006.2.034 – Programa Estadual Qualificação – VigiasUS	497	15.900,00
3387/3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado.....		
TOTAL		32.900,00

Art. 2º - Para atendimento ao que trata o artigo 1º serão utilizadas como contrapartida o cancelamento parcial/total das dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente abaixo descritas:

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
03.02 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.002.2.031 – Administração dos Serviços Gerais	000	5.900,00
250/3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....		
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAÚDE		
10.301.006.2.034 – Programa M.Qualificação At.Basica – PMAQ	495	4.100,00
1497/3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....		
10.304.006.2.034 – Manutenção dos serviços de Vig em Saude	497	7.000,00
3386/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
10.304.006.2.034 – Programa Estadual Qualificação – VigiasUS	497	15.900,00
1315/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
TOTAL DAS REDUÇÕES		32.900,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica efetuado no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas da Lei 1.520/2016.

Art. 4º - Fica autorizado a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas da Lei 1.520/2016, no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 08 dias do mês de Março de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 102/2016
Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.521/2016 de 08.03.2016.

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Especial no orçamento do exercício vigente, no valor de R\$- 638.300,00 (Seiscentos e trinta e oito mil e trezentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
05.01 – GABINETE DO SECRETARIO		
12.365.005.2.102 – Restituições de Saldos de Convênios	138	49.900,00
3385/4.4.20.93.00 – Indenizações e Restituições.....		
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAÚDE		
10.301.006.2.034 – Programa M.Qualificação At.Basica – PMAQ	495	150.100,00
3390/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
10.302.006.2.034 – Manutenção do Hospital Municipal	496	239.900,00
3389/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
3402/3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....	496	110.000,00
08.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
08.02 – DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08.244.010.2.050 – Centro Referencial Ass. Social – CRAS	934	29.800,00
3391/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
08.244.010.2.050 – Programa IGD/SUAS	935	5.100,00
2724/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
08.243.010.6.059 – Serv. Convivência Fort. Vínculos	935	13.900,00
2825/3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....		
08.243.010.2.105 – Programa AFAJ/CRAS	934	2.400,00
3095/3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....	934	2.400,00
3213/3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....	934	26.400,00
3392/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	934	7.200,00
3392/4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	000	3.600,00
TOTAL		638.300,00

Artigo 2º. Para atendimento ao que trata o Art. 1º serão utilizados recursos a título de excesso de arrecadação previsto para o exercício corrente nas Fontes de Recursos abaixo descritas:

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
RECURSOS LIVRES.....	000	3.600,00
CONSTRUÇÃO ESCOLA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	138	49.900,00
ATENÇÃO BÁSICA.....	495	150.100,00
MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.....	496	349.900,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL.....	934	65.800,00
BLOCO FINANCIAMENTO PROTEÇÃO SOCIAL.....	935	19.000,00
TOTAL		638.300,00

Art. 3º - Para a devida correlação entre os instrumentos de planejamento do Município, fica efetuado no PPA e LDO vigentes as alterações oriundas da Lei 1.521/2016.

Art. 4º - Fica autorizado a adequação do Cronograma de Desembolso as alterações oriundas da Lei 1.521/2016, no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Vereador Pedro de Paiva, aos 08 dias do mês de Março de 2016.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 103/2016
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

AMARILDO RIBEIRO NOVATO, Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.522/2016 de 08.03.2016.

Art. 1º. Fica aberto no orçamento geral deste Município, Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente, no valor de R\$- 245.800,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais) destinados a despesas abaixo discriminadas:

FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	FR	VALOR
03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
03.01 – GABINETE DO SECRETARIO		
04.122.002.2.006 – Serviços de Administração e Controle	000	1.200,00
166/3.3.90.30.00 – Material de Consumo.....		
04.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS		
04.04 – DIVISÃO DE ARRECAÇÃO		
04.124.002.2.017 – Administração e Controle de Receitas	000	500,00
6754.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.....		
04.122.004.2.012 – Registro e Controle do Tesouro	000	7.800,00
550/3.3.90.91.00 – Sentenças Judiciais.....		
05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
05.02 – DIVISÃO DE ENSINO		
12.361.005.2.021 – Manutenção do Ensino Básico	103	26.300,00
794/3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física.....		
12.361.005.2.021 – Manutenção dos Serviços de Transp. de Alunos	104	17.300,00
1002/3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.....		
06.00 – SECRETARIA DE SAUDE		
06.02 – DIVISÃO DE SAUDE		
10.302.006.2.0		

Publicações Cíveis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.229/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, até o limite de R\$ 500.000 (quinhentos reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
09.00 SECRETARIA AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.1.084 REPARAÇÃO DA TRAFICABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS
3.3.20.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 500,00
Fonte de Recurso 774 - Aquisição de Óleo Diesel - SEAB
TOTAL 500,00
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:
Fonte Descrição Valor
774 Aquisição de Óleo Diesel - SEAB 500,00
TOTAL 500,00
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.230/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, no limite de R\$ 3.954,89 (três mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2015, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
09.00 SECRETARIA AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.1.084 REPARAÇÃO DA TRAFICABILIDADE DE ESTRADAS RURAIS
3.3.20.93.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 3.954,89
Fonte de Recurso 774 - Aquisição de Óleo Diesel - SEAB 3.954,89
TOTAL 3.954,89
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2015, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:
Fonte Descrição Valor
774 Aquisição de Óleo Diesel - SEAB 3.954,89
TOTAL 3.954,89
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.231/2016
Data: 08/03/2016
Súmula: Altera a Lei Municipal nº 989/2014, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Altera o inciso I e II do art. 3º da Lei Municipal nº 989/2014, nos seguintes termos:
I - para pagamento de despesas de moradia: R\$ 3.500,00 (Tres mil e quinhentos reais) mensais.
II - para pagamento de despesas de alimentação: R\$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais.
Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.232/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, no limite de R\$ 154,95 (cento e cinquenta e quatro reais e novecentos e cinco centavos), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2015, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
09.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.1.084 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PARANA CIDADE
3.3.20.93.00 813 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 80,00
Fonte de Recurso 774 - TRATOR PARANA CIDADE - CONVÊNIO 624 74,95
TOTAL 154,95
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2014, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:
Fonte Descrição Valor
774 TRATOR PARANA CIDADE - CONVÊNIO 624 154,95
TOTAL 154,95
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.233/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementar por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei diretriz orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, até o limite de R\$ 80,00 (oitenta reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
09.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA, MEIO AMB. E TURISMO
09.01 GABINETE DA SECRETARIA DA AGRICULTURA
20.606.0019.1.084 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - PARANA CIDADE
3.3.20.93.00 813 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 80,00
Fonte de Recurso 774 - TRATOR PARANA CIDADE - CONVÊNIO 624 80,00
TOTAL 80,00
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:
Fonte Descrição Valor
774 TRATOR PARANA CIDADE - CONVÊNIO 624 80,00
TOTAL 80,00
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.234/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Especiais por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, no limite de R\$ 1.443,93 (um mil quatrocentos e quarenta e três reais e novecentos e trinta centavos), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2015, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.093 Programa Apoio a Criança 457,16
3.3.90.30.00 Material de Consumo 707 APOIO A CRIANÇA 457,16
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 457,16
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 80,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 220,43
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 220,43
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 80,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 58,31
Fonte de Recurso 723 Proteção. Soc. Esp. De Méd. Compl. à Cria. - Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 58,31
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 52,04
Fonte de Recurso 736 Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 52,04
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 29,27
3.3.90.30.00 Material de Consumo 757 Errad. Traba. Infantil - PETI - Bolsa 29,27
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 29,27
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.103 MANUTENÇÃO DO PISO BASICO VARIÁVEL II - IDOSO 405,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 766 FMAS - PISO BASICO VARIÁVEL II 405,00
Fonte de Recurso 1.443,93
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2015, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:
Fonte Descrição Valor
707 Apoio A Criança 457,16
718 Prog. Errad. Trab. Infantil - PETI 220,43
719 Prof. Social Esp. De Méd. Compl. à Cria. - Errad. Do Traba. Inf. - PETI - Jornada 58,31
726 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - Jornada 52,04
737 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - BOLSA 29,27
754 Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil Peti - 2009 221,72
766 FmAs Piso Básico Variável II 405,00
TOTAL 1.443,93
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.235/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, até o limite de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.093 Programa Apoio a Criança 60,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 707 APOIO A CRIANÇA 60,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 60,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 50,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 718 Programa de Consumo de Errad. Traba. Infantil - PETI 50,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 50,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 723 Proteção. Soc. Esp. De Méd. Compl. à Cria. - Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 20,00
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 736 Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 20,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 20,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 10,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 737 Errad. Traba. Infantil - PETI - Bolsa 10,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 10,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 40,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 754 Errad. Traba. Infantil - PETI - 2009 40,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 40,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.103 MANUTENÇÃO DO PISO BASICO VARIÁVEL II - IDOSO 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 766 FMAS - PISO BASICO VARIÁVEL II 20,00
Fonte de Recurso 250,00
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:
Fonte Descrição Valor
707 Apoio A Criança 60,00
718 Prog. Errad. Trab. Infantil - PETI 50,00
719 Prof. Social Esp. De Méd. Compl. A Cria. - Errad. Do Traba. Inf. - PETI - Jornada 20,00
726 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - Jornada 20,00
737 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - BOLSA 10,00
754 Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil Peti - 2009 40,00
766 FmAs Piso Básico Variável II 20,00
TOTAL 250,00
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

SERVÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

FONE: (44) 3534-1191 - FAX: (44) 3534-1154 - E-MAIL: samae@viseon.com.br
Rua Floriano Peixoto, 2473 - Cx. Postal: 211 - CEP: 87470-000 - MARILUZ - PR
74.015.5110001-4
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2016
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
CONTRATADA: SAMAE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Implantação do Projeto Básico, Hospedagens e Manutenção dos dados do Portal da Transparência para o SAMAE de Mariluz/PR.
VIGÊNCIA: ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2017.
VALOR: R\$ 3.994,92 (Três mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos).
MARILUZ-PR, 10 DE FEVEREIRO DE 2016.
Carlos Cezar dos Santos
Diretor
Jorge Luiz Martins Dias
Socio Gerente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 - Centro
CEP: 87470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 - Mariluz/Paraná
EXTRATO CONTRATO Nº 02/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ
CONTRATADO: MONTE CARLOS COMÉRCIO DE VEÍCULOS - LTDA
BASE LEGAL: Pregão Presencial nº 013/2016
OBJETO: Aquisição de um veículo novo, de fabricação nacional, tipo sedan, ano modelo 2016/2016, com descrição e características descritas no lote 1, item I do Edital do Pregão.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).
PRAZO DE CONTRATO: R\$ 54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais).
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem emendas e 8em rasuras.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.
VIGÊNCIA DO CONTRATO:
INÍCIO: 08/03/2016
TERMINO: 30/04/2016
Mariluz, 08 de março de 2016.
MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ: 76.404.136/0001-29
Contratante
MONTE CARLOS COMÉRCIO DE VEÍCULOS - LTDA
CNPJ: 72.358.195/0001-57
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 - Centro
CEP: 87470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 - Mariluz/Paraná
EXTRATO CONTRATO Nº 02/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ
CONTRATADO: UVEL - COMERCIAL DE VEÍCULOS - LTDA
BASE LEGAL: Pregão Presencial nº 013/2016
OBJETO: Aquisição de um veículo novo, de fabricação nacional, tipo SEDAN, ano modelo 2016/2016, com descrição e características descritas no lote 1, item I do Edital do Pregão.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais).
FORMA DE PAGAMENTO: O fornecimento dos produtos e/ou serviços, serão pagos, contados de sua entrega, em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchida sem emendas e rasuras.
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.
VIGÊNCIA DO CONTRATO:
INÍCIO: 08/03/2016
TERMINO: 30/04/2016
Mariluz, 08 de março de 2016.
MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ: 76.404.136/0001-29
Contratante
UVEL - COMERCIAL DE VEÍCULOS - LTDA
CNPJ: 03.047.652/0001-70
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.236/2016
Data: 08 de março de 2016
Súmula: Concede reajuste aos servidores do Poder Legislativo Municipal de Icaraima, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica concedido recomposição inflacionária referente o período de janeiro a dezembro de 2015, correspondente a variação do IPCA/IBGE de 10,67% (dez, vírgula sessenta e sete por cento) sobre a tabela dos servidores do Poder Legislativo Municipal, conforme anexo I e II desta Lei, a partir do mês de janeiro de 2016.
Art. 2º - Fica concedido reajuste de 2,33% (dois, vírgula trinta e três por cento) sobre a tabela de vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Icaraima, a partir do mês de janeiro de 2016, conforme anexo I e II, desta Lei.
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento do Poder Legislativo Municipal.
Art. 4º - O valor do vencimento de que trata esta Lei serão alterados por Lei específica de iniciativa privativa do Poder Legislativo Municipal.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

ANEXO I
TABELA VENCIMENTO - EFETIVOS

Nível	Valor R\$
1	852,29
2	877,86
3	904,20
4	931,32
5	959,26
6	988,04
7	1.017,58
8	1.048,21
9	1.079,77
10	1.125,00
11	1.145,41
12	1.179,77
13	1.215,16
14	1.251,62
15	1.289,17
16	1.327,84
17	1.367,68
18	1.408,71
19	1.450,97
20	1.494,50
21	1.539,33
22	1.585,51
23	1.633,08
24	1.682,07
25	1.732,53
26	1.784,51
27	1.838,04
28	1.893,19
29	1.949,98
30	2.008,53
31	2.068,73
32	2.130,80
33	2.194,72
34	2.260,88
35	2.328,38
36	2.397,34
37	2.470,18
38	2.546,97
39	2.620,61
40	2.699,23
41	2.780,74
42	2.863,61
43	2.949,52
44	3.038,01
45	3.129,15
46	3.223,02
47	3.319,17
48	3.419,30
49	3.521,88
50	3.627,54
51	3.736,36
52	3.848,46
53	3.963,11
54	4.082,83
55	4.205,31
56	4.331,47
57	4.461,41
58	4.595,26
59	4.733,83
60	4.875,11
61	5.021,38
62	5.172,00
63	5.327,16
64	5.486,98
65	5.651,59
66	5.821,13
67	5.995,77
68	6.175,64
69	6.360,91
70	6.552,74
71	6.750,29
72	6.954,74
73	7.166,29
74	7.374,04
75	7.595,26
76	7.823,12
77	8.057,81
78	8.299,55
79	8.548,54
80	8.804,99

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	R\$
CC-01	3.760,73
CC-02	3.472,67
CC-03	1.844,06
CC-04	3.397,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014 - AN (ESTATUTÁRIO)
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, usando das faculdades outorgadas pelo art. 66, incisos V e IX, da Lei Orgânica Municipal,
Convocar o (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovado (s) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2014, a fim de submeter-se ao Exame de Sanidade Física e Mental, e (posterior nomeação ao cargo público):
1 - Nome: Professora (2) - PROGRAMA DO PETI
NOME: Classificação
1º Maria Odete Banzeira Morni
2º (candidato) (s) convocado (s) por este Edital deverá (ão) comparecer (rem) em qualquer um dos locais do quadro abaixo para avaliação de sanidade física e mental:
Local: Endereço:
Rua Bom Sucesso, nº 487, Vila Brasília- Fone: 44 3662-1029 (ao lado do CRAS) - Verificar disponibilidade de horário para atendimento.
Fronto Atendimento: Av. Paraná, nº 991- Fone: 44 3662-1034 - Verificar disponibilidade de horário para atendimento.
Deverão portar consigo os resultados dos exames abaixo relacionados para que possa ser emitido, por médico do Hospital de Maria Helena-PR, o Atestado de Sanidade Física e Mental, sendo que os custos dos exames correrão por conta do candidato.
- Raio X do Tórax;
- Hemograma;
- Urina Tipo 1.

Após aprovação nos Exames Médicos, o candidato deverá comparecer até o dia 15 de março de 2016, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maria Helena, portando o original e fotocópia dos seguintes documentos:
- Cédula de Identidade (R.G.);
- Carteira de Trabalho e PIS/PASEP;
- Carteira Nacional de Habilitação, quando for o caso;
- Certificado de Reservista (se do sexo masculino);
- Título de Eleitor e Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência;
- Certidão de Nascimento ou Casamento (DO PETI)
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Comprovante da escolaridade exigida para o cargo (acompanhado de histórico escolar) e, quando ser o caso, registro no órgão de classe;
- Comprovante de residência;
- Uma foto 3x4 recente;
- Atestado de Sanidade Física e Mental (emitido por médico do município); e
- Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais.
Mariluz-Paraná, 08 de março de 2016.
ELIAS BEZERRA DE ARAUJO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.235/2016
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAIMA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2016, incluído/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2016 e do Plano Plurianual de 2014 a 2017, até o limite de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante a seguinte ordem classificatória:
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.093 Programa Apoio a Criança 60,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 707 APOIO A CRIANÇA 60,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 60,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 50,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 718 Programa de Consumo de Errad. Traba. Infantil - PETI 50,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 50,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 723 Proteção. Soc. Esp. De Méd. Compl. à Cria. - Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 20,00
11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 736 Errad. Traba. Infantil - PETI - Jornada 20,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 20,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 10,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 737 Errad. Traba. Infantil - PETI - Bolsa 10,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 10,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0022.2.074 PROGRAMA DO PETI 40,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 754 Errad. Traba. Infantil - PETI - 2009 40,00
Fonte de Recurso 11.00 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIA 40,00
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.103 MANUTENÇÃO DO PISO BASICO VARIÁVEL II - IDOSO 20,00
3.3.90.30.00 Material de Consumo 766 FMAS - PISO BASICO VARIÁVEL II 20,00
Fonte de Recurso 250,00
Art. 2º Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:
Fonte Descrição Valor
707 Apoio A Criança 60,00
718 Prog. Errad. Trab. Infantil - PETI 50,00
719 Prof. Social Esp. De Méd. Compl. A Cria. - Errad. Do Traba. Inf. - PETI - Jornada 20,00
726 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - Jornada 20,00
737 Erradicação Do Trabalho Infantil - PETI - BOLSA 10,00
754 Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil Peti - 2009 40,00
766 FmAs Piso Básico Variável II 20,00
TOTAL 250,00
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 08 dias do mês de Março de 2016.
PAULO DE QUEIROZ SOUZA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
LEI Nº 1532/2016
SÚMULA: Convoca a Candidata Aprovada em Concurso Público de que se trata o Edital nº. 095/2013, para assumir suas atividades e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, por meio deste CONVÓCA a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº. 095/2013 realizado em 26 de maio de 2013, homologado o resultado final dos aprovados no referido concurso, através do Edital nº. 161/2013 do dia 06/07/2013, para assumir o cargo de professora no cargo de Professor(a) do Ensino Fundamental, para o cargo de 03 (três) dias úteis a contar da data da publicação